

REPRESENTAÇÕES TEXTUAIS DA MASCULINIDADE: O CELIBATO CLERICAL EM “EX-HOMEM” DE JOSÉ DE ALENCAR

ANA CAROLINA EIRAS COELHO SOARES*

RESUMO

Este artigo tem como objetivo refletir a respeito das representações textuais discursivas sobre a masculinidade heteronormativa através da ideia do celibato masculino. A principal fonte de análise é o romance inacabado de Alencar “Ex-homem”, publicado no jornal “O Protesto” em formato de folhetim no final do século XIX. “Ex-homem” aborda a questão do celibato clerical e sua crítica, feita à interdição do sexo aos homens religiosos, pode revelar uma série de questionamentos sociais, culturais e políticos sobre as representações de gênero produzidas na época.

PALAVRAS-CHAVE: José de Alencar; masculinidade; celibato.

ABSTRACT

This article aims to reflect upon the discursive textual representations about the heteronormative masculinity through the idea of male celibacy. The principal source of analysis is the Alencar's unfinished novel "Ex-Homem", published in "The Protest" newspaper in serial format in late nineteenth century. "Ex-Homem" discusses the issue of clerical celibacy and your critical - about the sex interdiction to religious men - may reveal series of social, cultural and political questions on gender representations produced at the time.

KEYWORDS: José de Alencar; masculinity; celibacy.

O presente artigo busca compreender as representações textuais sobre a masculinidade heteronormativa através da figura do celibatário, presente no romance inacabado de Alencar “Ex-homem” no final do século XIX. Este trabalho é fruto de reflexões de uma antiga pesquisa e de novas buscas para as mesmas questões: quem e o quê afinal de contas definem e delimitam as maneiras de sermos, sentirmos e pensarmos em nossa sociedade?

Em minha dissertação de mestrado debruçei-me sobre as páginas impressas produzidas por um dos escritores mais influentes da literatura nacional, considerado o “patriarca da literatura brasileira”: José de Alencar. Não estava em busca do berço da brasilidade de seus textos indigenistas, mas dos traços urbanísticos civilizados das emblemáticas personagens femininas de Lúcia, Emília e Aurora.¹ Através de seus romances, Alencar ensinava às suas leitoras uma economia de gestos, sentimentos e ações dignas das brasileiras realmente civilizadas. A questão política dos gêneros apresentava-se nas doces palavras do texto impresso. Não obstante, a produção do literato e a maneira pela qual Alencar compreendia os rumos da nação política nacional misturaram-se em toda sua produção.

Historiograficamente a produção na área de gênero buscou até recentemente focar a discussão em torno das figuras femininas. No entanto, é necessária a compreensão do caráter relacional da categoria, e, portanto, as experiências entre o feminino e o masculino e suas relações de poder nos mecanismos de relações sociais. Pensar nas referências culturalmente produzidas em torno do masculino a partir do romance é perceber que a fonte literária produz símbolos e narrativas na qual intercruzam-se conceitos e poderes normativos de um determinado contexto histórico. Desta maneira, a politização de questões que outrora pensavam-se como exclusividade do privado, tornam-se fundamentais para o entendimento das estruturas das relações de gênero. Ser feminino e ser masculino são construções historicamente pensadas cujas implicações estão necessariamente atravessadas nas relações políticas, culturais, sociais e econômicas.

Inscrita nas práticas e nos fatos, organizando a realidade e o cotidiano, a diferença sexual (que é a sujeição de umas e dominação de outros), é sempre construída pelo discurso que a funda e legítima. É desta forma que a divisão do trabalho, segundo os sexos na época da Revolução Industrial, é “produzida” por todos os discursos – da economia política, das legislações estatais, das demandas dos empregadores, das reivindicações sindicais – que enraízam numa diferença de natureza a oposição entre atividade doméstica e atividade assalariada, entre função reprodutora e trabalho produtivo, entre o lar e a fábrica. Para Joan W. Scott, são estes discursos que provocaram “uma divisão sexual da mão-de-obra no mercado de trabalho, reunindo as mulheres em certas atividades, colocando-as sempre abaixo na hierarquia profissional, e estabelecendo salários a níveis insuficientes para sua subsistência”. Longe de ser o reflexo ou a representação das evoluções econômicas, a noção de divisão “natural” das tarefas segundo os sexos deve então, ser considerada como um fator do desenvolvimento industrial, como uma justificação, em nome de uma definição ideal das tarefas próprias às mulheres, da condição inferior que lhe é atribuída no mercado de trabalho manufatureiro. As lições de um tal exemplo valem por todas as análises que (...) entendem ligar construção discursiva do social e construção social do discurso.²

No Brasil, esses discursos enfatizaram, em meados do século XIX, a importância da mulher no ambiente doméstico como mãe e esposa para a construção de uma nação com filhos fortes, saudáveis e cidadãos. A educação feminina, por exemplo, se justificaria a partir da necessidade de uma mulher mais instruída, que pudesse assim, criar os novos cidadãos. Desta maneira, os estudos de gênero contribuem para o entendimento da ligação, como bem explicita Chartier, entre a construção discursiva do social – através de seus símbolos, representações e jogos de significação – e a construção social do discurso. Pensar nas representações textuais da masculinidade heteronormativa a partir do romance de Alencar estaria inscrito nas novas abordagens historiográficas que questionam os paradigmas históricos tradicionais. É preciso levar em consideração sobretudo a complexidade do processo histórico, os discursos produzidos, e com isso, historicizar os conceitos de feminino e masculino.

José de Alencar morreu em 12 de dezembro de 1877 e até o final de sua vida produziu densamente. No início de seu último ano de vida, tornou-se redator do pequeno jornal “O Protesto”, publicado juntamente com seu irmão Leonel Martiniano de Alencar e Félix Ferreira. Crítico do governo de D. Pedro

II, o impresso editado entre os meses de Janeiro à Março publicou também um romance inacabado do autor intitulado “Ex-homem”. Sob o pseudônimo de Synerius³ – recurso estilístico amplamente utilizado por Alencar para criar um ar de depoimento verídico à narrativa – o autor buscou apresentar um personagem com suas características masculinas centrais suprimidas a tal ao ponto de ser compreendido como outra espécie humana: um ex-homem.

Este romance não é como o Jocelyn de Lamartine uma obra de sentimento; mas um livro de razão. Não foi escrito para comover; só aspira convencer.

Talvez seja ele em nosso país um precursor e lhe esteja reservada a honra de renovar o repto corajoso que outrora lançou Feijó contra a mais ímpia e absurda das superstições.

Essa superstição há de cair como caiu em todas as religiões que ousaram aleijar a imagem de Deus na terra.

Há seguramente cinco anos que este livro foi esboçado e em parte escrito; faltava-lhe um título, que apareceu com a vez de publicá-lo.

Ex-homem é um neologismo, mas de boa e pura fonte portuguesa. Literalmente exprime o que já foi homem.

As páginas que seguem dirão se a palavra era necessária para designar essa outra espécie e a mais cruel do andrógino.⁴

Em seguida a esta explicação há uma nota da redação dizendo que este manuscrito foi enviado à redação do jornal por um desconhecido. Inclusive os editores nem saberiam dizer como este “desconhecido” soube da publicação do “O Protesto”. Os editores conjecturaram que o nome era um pseudônimo e que por isso não era possível saber acerca da posição do autor na sociedade, ou mesmo na literatura brasileira. No entanto, aceitam publicar pois “o tópico é enérgico: mas será ele um remédio, e sobretudo nestes tempos em que a filosofia positiva ataca a santidade do casamento e suprime a família?”⁵ A dúvida expressa na pergunta tendia a revelar a postura dos editores, presentes ao longo da pequena publicação: a crítica, ou melhor, o protesto contra os avanços incertos do processo civilizador e seus efeitos na sociedade brasileira, aquilo que no editorial do primeiro volume eles chamariam de “materialismo que invade todas as relações da vida social e política.”⁶ Mais uma vez, os romances de Alencar se prestavam ao papel político de protesto, nome realmente adequado para seu último empreendimento editorial. José de Alencar

era um homem profundamente apaixonado e teve uma trajetória de vida política bastante marcada pelas intensas críticas e envolvimento em debates. Dentre as polêmicas mais conhecidas estão suas críticas ao poema *Confederação dos Tamoios* escrito por Gonçalves de Magalhães que, de acordo com João Cezar de Castro Rocha,⁷ marcou a estréia triunfal de Alencar nos círculos literários do século XIX, mas lhe rendeu uma inserção às avessas no círculo restrito de “homens de letras”. Isso porque o poema épico, cuja leitura inaugural havia sido no Paço Imperial sob os auspícios de D. Pedro II, foi veementemente criticado por Alencar no *Diário do Rio de Janeiro* sob o pseudônimo de Ig em 1856. O debate em torno deste poema gerou a polêmica em questão e mobilizou diversos escritores, inclusive o próprio Imperador. Sua relação com o Imperador foi aliás, bastante conturbada. Escritor famoso e ovacionado no cenário público, sua atuação como homem político acabou por tornar D. Pedro II um desafeto público, destacando-se a preterição de seu nome pelo Imperador na escolha para ministro da justiça, que foi retirado da lista sêxtupla, apesar de ter sido o mais votado dentre os seis candidatos concorrentes no Ceará. Alencar sentiu profundamente esta reviravolta política, pois acreditava firmemente que a votação seria o suficiente para alicerçar sua candidatura. Não levou em conta a dinâmica política do Império de “hipertrofia do privado”, na qual os desafetos públicos tornavam-se questões pessoais e discordâncias intelectuais poderiam render inimizades prejudiciais a carreira pública. Como José de Alencar era um homem de múltiplas facetas, foi através das letras que mostrou-se o mais brilhante político.

Machado de Assis afirmou em seu livro *Crítica Literária* que seu encontro com José de Alencar, em meados da década de 1870, no Passeio Público fora marcado com palavras de desânimo e amargor, dando a impressão de um romancista aniquilado pela política.⁸ Acredito justamente na interpretação contrária: o literato e o político jamais se distanciaram e sua melhor e maior produção no cenário nacional deu-se através das palavras escritas por sua pena de escritor. Alencar exercia suas crenças políticas pelas páginas intensas e vibrantes de sua produção literária. E é justamente neste delinear de crenças e ideias políticas que se explicitam as relações entre os gêneros. A criação literária é formadora de opiniões e sentidos, mas também

depende da percepção de mundo de seu autor. Esta percepção é historicamente determinada e intermediada por discursos e representações. Assim os personagens criados nos romances alencarianos, ao serem apresentados para o público, colocavam-se como possíveis representações da realidade.

Além dos romances, o jornal “O Protesto” foi mais uma das formas de manifestação escrita feitas por José de Alencar. Nele, os editores criticavam veementemente questões políticas e podiam expressar suas opiniões a respeito das mais variadas temáticas da época. A querela entre o Imperador e Alencar ressurgiu muitas vezes em forma de duras palavras, em outras em formato de boas piadas do contexto histórico vivenciado no período. É o caso da seção “Beotices”, composta de pequenas crônicas, uma das especialidades de Alencar. Em 05 de janeiro de 1877, por exemplo, foi publicada uma curta anedota que ao mesmo tempo coloca em questão o distanciamento e a inaptidão do Imperador frente às necessidades políticas do momento – as diversas questões que levaram à crise do Império e que se evidenciam ao final da Guerra do Paraguai – ironizando sua sabedoria erudita; critica a educação pública e a estrutura do funcionamento do poder público, pois permitia que pessoas já pouco capazes permanecessem em seus cargos.

Publicou-se, há dias, uma notícia da mais alta importância. O visconde de Bom-Retiro pediu a sua aposentadoria de presidente da Caixa de Amortização.

E eu que suponha que esse emprego já era para o ilustre senador uma boa aposentadoria na corte?

No dia da notícia encontrei com um Nestor do Supremo Tribunal que podia ser pai do sr. Figueira de Mello, mas jurou morrer no seu posto; e tem razão, porque apesar dos oitenta ele já não está velho, nem surdo, nem cego; entrou na segunda infância.

O homem estava realmente assustado.

– Sabe que o Bom-Retiro aposenta-se? E esta!...]

– É verdade, sr. conselheiro. O nosso visconde naturalmente deseja entregar-se todo ao estudo do grego antigo e moderno para continuar as suas escavações arqueológicas das ruínas de Tróia e Atenas. V Ex. sabe que ele é presidente do Instituto Histórico.

– Mas o Imperador também pretende aposentar-se?

Fiquei ainda mais beocio do que já sou; e raspei-me. Mas logo adiante, ocorreu-me uma saída, e de longe mesmo gritei ao conselheiro:

– Sua Majestade sabe tudo; não carece mais estudar.

Confesso que tenho orgulho de ser súdito do primeiro sábio do mundo; mas também sinto meus ciúmes quando o vejo gastar a sua sabedoria com a Turquia e o Egito, deixando-me aqui na escola primária do sr. de Cotegipe.⁹

Ressalto que o ataque à figura do Imperador não se devia a conjuntura da crise da imagem de D. Pedro II. Embora, certamente os leitores do jornal estivessem mais afeitos a este tipo de anedota, Alencar foi um político que jamais deixou de dar sua opinião e se expressar publicamente através de suas publicações. A cena pública incluiu em sua trajetória os cargos e as palavras impressas.

A última edição do jornal “O Protesto” criticava a indiferença e o desdém com que o Imperador governava, demonstrados pelas longas viagens que fazia. O artigo critica a regência da princesa Isabel, afirmando que nada de positivo decorreu deste período de governança. A regência da herdeira do trono, princesa Isabel, no período mencionado decorreu de uma viagem feita por D. Pedro II aos Estados Unidos entre 1876-1877. O artigo convocava a princesa a refletir que ela como mãe era responsável pelo herdeiro do trono, quando o cansado avô o deixasse e que, portanto deveria ela assumir com mais afínco suas atribuições perante a nação brasileira. O risco de tal apatia política seria o comprometimento do futuro das instituições nacionais. A grande questão estava na crítica ao gabinete de Duque de Caxias, a quem tal publicação atribuía todos os defeitos do governo.

A corrupção em seu auge; o escárnio respondendo aos justos reclames da opinião; o pavor armado; por último a bancarota e com ela a miséria pública. Tal é a obra do gabinete Caxias sustentado pela regência. Todos os defeitos do governo do Imperador, como sejam, a predileção pelas mediocridades, a dubiedade da política; a suspeita contra os melhores caracteres; a miudeza dos detalhes; todos a regência herdou.¹⁰

A responsabilidade feminina no trono não seria tanto exercer bem o cargo, se bem que era criticada por isso. O maior peso caía em realidade em passar um ensinamento negativo ao seu filho, herdeiro do trono, transformando “o diadema imperial que lhe deve cingir a fronte em coroa de espinhos”. Este trecho ilustrativo do forte posicionamento de Alencar contra o

governo, e portanto do tom da publicação na qual o romance “Ex-homem” foi publicado, apenas demonstra o reforço naturalizador das estruturas de gênero. A culpa do mau governo recairia sobre um gabinete chefiado por um homem, uma vez que a fragilidade feminina não lhe daria grande força política.

Na primeira edição também começa a publicação do romance “Ex-homem”. Alencar chama a atenção em sua nota “anônima” para a coragem do Padre Antonio Diogo Feijó ao falar sobre o celibato forçado do clero. Esta é a grande questão que seu romance protesta e teria sido abordada por Feijó, ainda quando este era deputado Geral, em sua obra “Demonstração da necessidade de abolição do celibato clerical pela Assembléia Geral do Brazil e da sua verdadeira e legítima competência nesta matéria” editada pela tipografia Imperial e Nacional em 1828. Tal discussão, sobre a defesa da liberação do clero do celibato, foi suscitada pelo médico e deputado baiano Antonio Ferreira França na Câmara dos Deputados, causando grande comoção à época. O Padre Antonio Diogo Feijó, apresentou no dia 10 de Outubro de 1827 um voto em separado favorável à abolição do celibato.¹¹

Em obra publicada um ano após seu voto, buscou refutar as severas críticas recebidas por ocasião desta discussão. Feijó defendia a liberação do clero do celibato forçado alegando que este não tinha base legal que o sustentasse, pois não fora imposto ao clero por lei divina e nem por instituição apostólica. Além disso, buscava apresentar comprovações de que o matrimônio é um contrato inteiramente submetido ao poder temporal. Logo, argumentava, era completamente possível desobrigar os padres do peso do celibato, um fardo desnecessário e inútil, tanto assegurar o direito natural do homem de contrair matrimônio quanto para prevenir os abusos e das imoralidades cometidas pelo clero, cuja origem estaria no celibato. Ser padre e exercer a virilidade masculina heteronormativa condizente com as atribuições do matrimônio eram condições que trariam em última análise maior harmonia social.

Logo, a Assembléia Geral, além de revogar o impedimento da ordem, não só pode como deve suspender o beneplácito às leis que dizem respeito ao celibato, para que não possam ter execução no Império do Brasil! Tenho desempenhado a minha palavra: satisfiz a minha consciência, estou desonerado de um dever, que a nação me impôs, de promover a sua felicidade; cumpro com a obrigação mais importante de

ministro da religião, mostrando os inconvenientes de uma lei, que tanto a prejudica. Digam agora o que quiserem. Poderão mostrar que eu tenho errado, mas sem calúnia não poderão manchar minhas intenções. Terminarei pois a minha demonstração, professando a doutrina do Concílio de Gangres. “Admiramos a virgindade unida com a humildade; admitimos a continência, que se exercita com piedade e gravidade; respeitamos a honrosa união do matrimonio, e para dizermos de uma vez, desejamos que se pratique na Igreja o que se contém nas sagradas Escrituras e tradições apostólicas”.¹²

O regime do padroado dava suporte para este tipo de reivindicação. O Padre Feijó foi além e defendeu ainda a criação de uma Igreja brasileira, desatrelada de Roma. Pragmaticamente, suas diversas tentativas de levar adiante esta proposta de supressão do celibato clerical recaía em uma análise que fundamentalmente visava solucionar a questão nacional da prática cultural recorrente do “clero amasiado”. Em outras palavras, Feijó denunciava o sexo, e mesmo a união extra-conjugal, entre os membros do clero brasileiro eram uma realidade no Brasil Império. A questão do celibato e a questão do matrimônio aparecem, portanto intimamente relacionadas. No entanto, a defesa do fim do celibato obrigatório coloca a questão da intensa dificuldade do não-cumprimento das normas proibitivas como um dos argumentos para sua liberação. Apenas com o fim do celibato obrigatório poderiam os padres legalmente assumir as obrigações matrimoniais e os filhos dessas uniões, resultado mais evidente daquilo que sem a permissão continuariam a fazer às escondidas. Em realidade, aquilo que Feijó denunciava é que tais funções já eram recorrentemente exercidas por homens religiosos, que mesmo proibidos, coabitavam com mulheres, tinham filhos, mas que não poderiam ter nenhum tipo de direito ou dever legal destas uniões.

Aproximadamente cinquenta anos após, José de Alencar referia-se a esta discussão no início de seu romance. Infelizmente, tal publicação em formato de folhetim permaneceu inacabada. No entanto, o tom das linhas publicadas deixava claro que ele concordava com o Padre Feijó. A grande questão em seu romance inacabado encontra-se na maneira pela qual o autor conduz sua narrativa no intuito já declarado de convencer seu leitor. A defesa do fim do celibato, instância última de interdição da realização plena das funções masculinas dentro da norma heteronormativa, acontece a partir de uma

narrativa literária pela perspectiva feminina. A trama é urdida em torno de uma moça, chamada Gabriela, encantada com a figura de um desconhecido, que vive seus dias contemplativamente nas matas adjacentes à fazenda de sua propriedade.

Filha de fazendeiros, culta, civilizada dentro dos costumes da Corte, Gabriela é apresentada como um exemplo feminino de “encantadora moça”. O romance inicia-se com a primeira edição de “O Protesto” em 05 de Janeiro de 1877, com esta moça e seu irmão caminhando ao longo do Rio das Flores em Valença em uma “linda manhã de Setembro”. Aparentemente estavam apenas passeando, mas rapidamente o leitor percebe que o irmão, intencionalmente, levava-a para uma determinada direção: recostado em um tronco de árvore caída havia um homem lendo um livro. Carlinhos, o irmão, havia visto o homem no dia anterior e achado o indivíduo com “modos estranhos”, de maneira que, no dia seguinte, havia levado a irmã para presenciar tal situação. O momento da primeira visão de Gabriela sobre o homem é magistralmente descrito por Alencar com sua verve apaixonada, cuja solidez da narrativa antevê um personagem de caráter ilibado.

Ao lado jazia o tronco derreado de um grosso jataí (...) Ainda prostrado, porém o monarca da floresta conservava a régia pompa. (...) Estava recostado no tronco de jataí, como um rústico espaldar, um homem absorto na leitura do livro que tinha aberto diante do rosto e que às vezes pousava sobre os joelhos, engolfando o olhar no azul diáfano do horizonte. (...)

Nesse recolhimento, sua organização estava como refrangida para o íntimo. Mas, quando, logo após, alçou o talhe, como se entrasse na possessão de si mesmo; ostentou a opulência de sua possante individualidade.

Foi nesse momento que o viu a moça; e que sua imagem gravou-se-lhe para sempre na alma.

Na flor da idade que expendia sua beleza varonil, tinha o mancebo a magnitude da compleição, a que se pode atingir o estalão da raça humana, sem agigantar-se.

Da grande estatura e porte amplo, a robustez de seu corpo, vazada no molde escultural da forma viril, era como que cinzelada pela flexibilidade dos movimentos e elegância do gesto.

As inteligências superiores, como a daquele mancebo, debuxam-se na estátua de argila que elas animam; e imprimem-lhes no vulto essa eloqüência da forma que é a majestade do homem.

A cabeça firme e excelsa anunciava a ascensão da alma que se erige sobre a terra projetando-se à eternidade e ao infinito. Era a fronte vasta e proeminente o sôlio da razão augusta.

Os olhos serenos, inalteráveis, banhados em profunda limpidez nunca torvada pela menor sombra, iluminavam-se de luz etérea. Nas faces rígidas, ovais, ligeiramente bombeadas, estampavam-se a placidez da consciência, e a vontade inflexível.

A boca de correto desenho, sacrário do verbo criador, revia a flor d'alma; porém nunca desairava o riso animal. Ainda cerrada e muda, mostrava em seu harmonioso relevo, o molde da palavra sublime.

Sua mão nobre aliava a força à supremacia do gesto com que a razão atesta o seu império. No pé de fôrma pequena e delgada, estava indicando a natureza, que não dera à essa organização privilegiada, uma base para apoiar-se no solo, mas um axé sobre que se elevasse acima dos homens.

O escultor que por ventura desejasse plasmar no mármore a imagem dos antigos atletas que triunfaram ao mesmo tempo nos circos e nas academias, não acharia mais perfeito ideal desse consórcio da inteligência e da força que distinguiu o maior gênio da antiguidade, o divino Platão.¹³

Assim, o homem ainda sem nome, ganha apenas com as palavras que o descrevem, a fortitude moral necessária para se tornar o homem ideal. As palavras de Alencar fazem o protagonista silencioso parecer uma das mais brilhantes e lindas criaturas jamais vistas no mundo inteiro! São recorrentes no trecho as menções à inteligência, força e virilidade, qualidades altamente valorizadas nos discursos sobre o masculino no século XIX. A reação de Gabriela foi, ao contrário, extremamente emotiva. Não apenas a visão deste magnífico homem ficara “gravada em sua alma”, como Alencar inicia o segundo capítulo do romance com a frase “Teve a moça forte comoção, ao contemplar o desconhecido”. Enquanto o uso da razão foi repetidas vezes reforçada na descrição do homem, a personagem feminina se comportará sentimentalmente, ratificando comportamentos considerados desejáveis para o feminino no século XIX. Interessante observar que o formato folhетinesco do romance fez com que o capítulo II apenas tivesse sido publicado no dia 24 de janeiro de 1877. Os leitores tiveram que esperar por quase vinte dias para saber o resto da trama e mantiveram como última imagem a descrição perfeita do “desconhecido”, e como primeira imagem da segunda parte a reação emotiva da moça.

O capítulo II é curto. Consiste apenas em Gabriela embevecida e o irmão observando o desconhecido em suas reflexões sobre caridade “o bálsamo suave de que Deus fez a alma de seus escolhidos, para que o vertam no seio dos que sofrem”, e leitura. Carlinhos então chama a irmã para voltarem, e ao chegarem em casa são repreendidos pela mãe por causa da demora. No entanto, o irmão tomado de um sentimento de proteção, afirma que a culpa é dele, pois levava a irmã para ver um ninho de codornas. A mentira contada por Carlinhos será inclusive a alegação para os passeios matutinos futuros sem que a mãe desconfiasse de seu verdadeiro paradeiro. Interessante pensar que o irmão precisava proteger sua irmã de revelar que esta estava observando um homem, atitude moralmente condenável para uma moça de respeito na época. No entanto, Alencar faz esta perseguição obstinada parecer uma atração inevitável do destino, portanto revestida da inocência de atitude condizente com a encantadora personagem.

O terceiro capítulo Alencar inicia justamente com o conflito moral vivido pela mocinha, que chegava a rezar para Nossa Senhora da Conceição pedindo-lhe que quebrasse o encanto que a prendia àquela cena “gravada” em seu coração. Mas a presença pujante de um homem tão viril e forte não poderia suscitar em uma moça nenhuma reação diferente. Era a “exuberância de um espírito superior” que tornavam tão irresistíveis os passeios de Gabriela, mesmo que para ver o homem ler e falar sozinho na mata, até que se recolhesse “a caminho da casinha”.

O tempo que ali passava atrás da penha, e oculta pela folhagem, Gabriela, se não a subjugavam o gesto e a palavra do desconhecido, evocava a si com toda a veemência de sua admiração a pessoa desse mancebo, e abria sua alma para encerrá-lo dentro como em um templo, de que ele era o Deus.

Prodigioso êxtase do espírito, exaltado por uma paixão ardente!¹⁴

O pequeno capítulo continua. Em certa ocasião um touro fugido da vizinhança arremeteu-se em direção ao desconhecido. O homem apenas levantou a fronte e sequer se mexeu. De outra vez, ajudou um velho homem “pardo” que morava nas terras da fazenda a carregar um pesado tronco, quando o negro já não suportava mais o fardo. Gabriela, em ambas as

situações, ficou ainda mais impressionada com o homem, lembrando-se dos “heróis da Caledônia”. Este certamente é o personagem masculino mais perfeito e exuberante criado por Alencar neste tipo de romance, o que certamente reforçaria a questão da inadequação do celibato frente a um tipo humano tão imaculado e soberano. A discussão, caso o romance não tivesse inacabado, certamente versaria sobre as qualidades inquestionáveis do homem. Desta maneira, o celibato seria um castigo não apenas para uma figura moralmente irrepreensível, mas para a dama cuja paixão ardente era pura e impossível.

No quarto capítulo o leitor se aprofunda nas características de personalidade de Gabriela. Menina de família rica foi educada na Corte e voltou para a fazenda aos 19 anos. A mãe, viúva e temerosa que a filha enjoasse do ritmo lento da vida no campo, aluga uma residência na cidade e parte com sua filha. Logo, os encantos das festas e dos salões enchem a rotina da jovem, que percebe rapidamente a frivolidade destes costumes e os rejeita. Tal temática já fora magistralmente abordado em *Diva*, *Lucíola* e *Senhora*.¹⁵ Na narrativa pedagógica dos sentimentos de Alencar, a verdadeira boa dama não se enamora de vida vazia dos rituais da capital do Império. Pelo contrário, a moça de bom comportamento identifica nestes ambientes os males da degenerescência da alma feminina e das atitudes corretas de uma dama. A crítica às festas, aos salões e aos cortejos presentes na corte foram uma constante nos escritos de Alencar e funcionavam como um constante alerta regulador dos espaços permitidos para a circulação feminina. Embora tais críticas supunham justamente a grande circulação de damas nestes espaços, o escritor promovia com seu discurso uma narrativa que instruía seus leitores sobre como se comportar ao transitar em tais ambientes. E a vigilância social, muitas vezes decorrente da atenção promovida por tais escritos, assegurava a regulação dos gêneros na cena pública.

A menina pede para voltar para a “roça”. O mundo da cidade, identificado como um lugar cheio de vícios é contraposto romanticamente ao campo. E é no campo que Gabriela encontra o desconhecido perfeito. A trama continua no quinto capítulo quando a personagem tenta descobrir quem é o homem por quem se apaixonara. Para tal, vai na casa do velho pardo que no

início fora ajudado com o pesado tronco. Este, chamado Inácio, é então descrito como um antigo trabalhador da fazenda, casado com uma negra de nome Angélica que fora alforriada pela mãe de Carlinhos e Gabriela. A descrição é cheia de adjetivos benevolentes tanto à relação estabelecida à época do trabalho feito pelos negros na fazenda, quanto à atitude da mãe de alforriá-los e ainda mantê-los nas terras.

O costume do senhor de oferecer a um casal de escravos uma roça para plantar e criar animais atingia no Brasil uma abrangência que ia de Pernambuco e Bahia ao Rio de Janeiro. Em geral, as escravas com seus filhos trabalhavam a roça doméstica sem os maridos. (...) Todo o trabalho era supervisionado de perto pelas senhoras que não cansavam de reclamar da morosidade das escravas na execução das tarefas. É difícil sequer imaginar a possibilidade de uma vida familiar estável entre os escravos, tanto nas plantações de açúcar, como nas fazendas de café.¹⁶

A questão escrava, embora não seja o tema deste trabalho, salta aos olhos no romance. Alencar insere intencionalmente no romance a situação da alforria negra, através do viés da afetuosidade entre os senhores brancos e os escravos negros, uma vez que pelo romance, a convivência acabava por criar laços entre essas pessoas. A romantização desta temática era uma maneira de defender um posicionamento relativamente favorável à abolição, cujas discussões estavam em ebulição na época. Alencar, muito embora não fosse abolicionista, teceu sérias críticas à escravidão em uma de suas mais famosas peças de teatro “O Demônio Familiar”. No entanto, bem diferente de sua visão negativa sobre a presença do escravo nas famílias, este romance pretende enaltecer a figura escrava como “parte” da família e, portanto, merecedora da alforria ao final de seus trabalhos quase que gentilmente prestados. “Entre 1870 e 1888, na fase final da escravidão, as alforrias se ampliaram para os espaços rurais, principalmente em áreas de terras gastas e de senhores empobrecidos.”¹⁷

Angélica era uma liberta, a quem a senhora forrara havia alguns anos em recompensa de seus bons serviços. Passava por uma das mais antigas escravas da fazenda; e apesar de trabalhar na roça dera de mamar a D. Margarida e seus filhos, não como ama efetiva, mas uma ou outra vez. Era essa uma honra que antigamente as escravas muito cobiçavam, e que as senhoras costumavam dispensar às mais sossegadas e bem procedidas.

Estas, assim consideradas, tinham um ingênuo orgulho em dizer mais tarde dos senhores: “mamou o meu leite”.¹⁸

Em 1877, tal recurso literário vem apenas reforçar uma prática que já vinha sendo adotada em boa parte das fazendas brasileiras. Assim, a literatura criava argumentos para ações históricas em um diálogo entre representações e práticas. A descrição de Angélica não deixava de apresentar uma visão bastante hierárquica da dinâmica das relações escravistas: era uma honra a escrava poder amamentar a criança da senhora branca e as escravas ingenuamente se orgulhariam de tal feito. Neste pequeno parágrafo fica bem evidente não apenas o tipo de leitor a quem o romance se destinava – mulheres brancas de camadas médias e altas – mas, sobretudo, o tipo de formação moral e intelectual que o autor recebera e com a qual coadunava na época.

Gabriela faz a visita aos velhos negros como se fossem parentes na tentativa de descobrir quem afinal era o desconhecido que havia lhe roubado o coração. No entanto, nenhuma grande nova informação lhe é dada. Na volta, resolve passar à cavalo perto do local onde sempre avistava seu amado desconhecido perfeito e eis que desta vez o rumor dos animais fez com que ele a olhasse e ela sentiu-se como se banhada por um raio celeste. O pequeno encontro foi o suficiente para animá-la completamente. O capítulo VI descreve a moça tentando repetir a experiências nos dias posteriores. No entanto, para sua surpresa o rapaz perturbou-se com tal distração e passou a não aparecer mais no local. Seu comportamento atrevido havia pago um preço alto.

Ainda assim, reparou um dia que o desconhecido a observava escondido por entre as folhagens e seu coração novamente se animou. Sem saber qual motivo levaria o rapaz a ser de tal maneira tão perfeito e tão arredio, um dia achou sua explicação ao ouvir uma conversa entre o administrador da fazenda¹⁹ e o padre Moura. O desconhecido aparentemente viera da Corte, mas era por demais reservado. Provavelmente, era algum doente que veio para o campo tomar ares, receita muito comum na época para curar diversos males. O sofrimento de seu amado, converteu-se imediatamente em um discurso de júbilo para a moça. Não haveria coisa mais pura que compartilhar da dor do amado, o que lhe concederia uma santa comunhão. Ele não quisera se aproximar dela para evitar que ela sofresse de um amor infeliz. Em outras

palavras, a seu ver, ele era ainda mais caridoso e honrado tornando-se ainda mais perfeito.

Neste capítulo também aparece o fato de que a velha negra Angélica adoecera e estava morrendo. Dona Margarida manda as parceiras de Angélica – ou seja, outras escravas ainda não agraciadas com a benevolência de sua senhora – para prestar socorro e ministrar remédios necessários e a mesma vai a seguir em sua liteira acompanhada de Padre Moura. Gabriela segue à cavalo e se impacienta com a demora da comitiva e resolve seguir adiante a galope. Ao chegar a palhoça percebe que a velha ama havia morrido e não tem coragem de entrar. Na cabeceira do leito há um padre reclinado sobre o corpo rezando pela velha Angélica. Quando finalmente a moça decide entrar na casa depara-se com uma cena absolutamente inusitada: o padre que velava sua “ama e cria da casa” era nada menos que seu amado solitário. Tomada de forte emoção, Gabriela desmaia.

A interrupção da publicação deu-se apenas no sétimo capítulo publicado conjuntamente com o sexto. Nesta pequena e última parte do romance o padre, cujo nome jamais será revelado, ergue a moça do chão e a leva para o terreiro. Ao acordar se depara com o rosto do sacerdote e esconde seu rosto nos seios da mãe fazendo um gesto de horror. Neste momento, o padre faz um expressão evangélica, afasta-se e posteriormente parte de madrugada da Cachoeira à cavalo. Ninguém mais o vê. As pessoas próximas da moça atribuem o desmaio à dor da morte da querida ex-escrava. Gabriela sofria porque seu amor era proibido. O desconhecido perfeito não era um homem possível. Não era sequer um homem. De acordo com o título do romance, era um “ex-homem”. É lamentável que o escritor não tenha terminado este romance. A interrupção da publicação do jornal pode ser atribuída à condição de saúde do escritor que viria a falecer ao final daquele mesmo ano. A afecção pulmonar que levou ao seu falecimento, fez com que o autor inclusive realizasse no ano anterior uma viagem à Europa na tentativa de se restabelecer.

Seu argumento para condenar o celibato imposto aos homens religiosos estava se construindo na premissa moral de que a religião conferiria aos religiosos a possibilidade do desenvolvimento de um caráter ilibado, ou seja, um homem de princípios, honrado, e portanto um excelente candidato ao papel de

marido, muito mais do que os homens cheios de vícios dos salões da Corte. A ideia do celibato como uma condenação, do ponto de vista de uma adorável moça, era uma maneira de entender que a proibição prejudicaria uniões de amor entre almas puras: ele, um religioso e ela uma doce moça do campo.

A imagem do celibato persiste até os dias de hoje como parte da pureza sacerdotal necessária para o clero religioso católico. “O celibato, entendido como a renúncia a uma realidade vital para o ser humano, surge como um meio particularmente privilegiado de combater o pecado e afirmar a transcendência de Deus.”²⁰ As razões que levaram Alencar a apoiar o posicionamento do Padre Feijó tantos anos depois, pode ser historicamente explicada pela influência externa das discussões vivenciadas em Portugal nas quais a ideologia liberal adotou uma postura anticlerical, buscando a secularização da sociedade através de uma conciliação da ideia de progresso com o dogma católico. De acordo com as ideias liberais lusas o celibato apareceria como um controle absoluto de Roma sobre os membros do clero, e toda expressão sobre algo absoluto aparecia como fato a ser criticado e combatido. O liberalismo apregoava que o cidadão deveria ser autônomo e livre e suas ações refletiriam o grau de educação e desenvolvimento do Estado. Paradoxalmente, José de Alencar, embora tenha feito carreira política dentro das fileiras do partido conservador, – contrariando as expectativas em torno de seu nome, por ser filho de um dos grandes senadores liberais do Brasil no século XIX, José Martiniano de Alencar – possui uma expressão literária em profunda consonância com os ideais liberais lusos. Atribui-se a sua filiação partidária a uma rebeldia geniosa numa tentativa de fazer carreira sem sofrer a acusação de usar o nome do pai para se beneficiar. Alencar inclusive interpelado sobre o assunto declarou:

(...) Essas tradições de família deviam, necessariamente, influir no princípio de minha vida pública, pois me acompanhavam, me prendiam mesmo desde a infância. Deviam mesmo preponderar até que o espírito assumisse a independência de suas convicções. É este um fenômeno natural a todos os homens; ninguém surge do berço o que há de ser. Durante a adolescência, as idéias se vão formando, se vão desprendendo pouco a pouco das tradições de família, das influências que nos cercam desde o berço. O homem adquire, então uma individualidade, política e toma, enfim, o partido a que a sua índole e a sua aspiração o chamam. (...) Não admito herança, nem das convicções, nem dos ódios.²¹

Mesmo que Alencar negue sua herança de formação liberal, é inegável a influência das ideias de seu pai e mesmo de suas experiências vividas no ambiente político em sua infância. Os romances de Alencar estavam constantemente preocupados com uma “pedagogia de sentimentos”, buscando mostrar aos leitores e leitoras como se tornarem melhores através de uma literatura que os ensinava como sentir, pensar e agir socialmente. Esta noção de civilidade é diretamente influenciada pela noção de secularização de ideias e comportamentos.

A crescente secularização das visões de mundo já não permitia aceitar que o estado de continência fosse o de perfeição evangélica, desejada e ensinada por Jesus Cristo e seus apóstolos. O pensamento liberal não podia aceitar uma visão que contrariava a igualdade dos direitos naturais, e que fazia depender um estatuto de superioridade na hierarquia social da arbitrariedade da graça divina. E o padre, pelo seu estatuto de diferença, aparecia como um “estrangeiro no meio dos seus concidadãos”, mais fiel a Roma do que à pátria, onde nenhuns laços de afecto o prendiam, sujeitando-se, pela sua natureza humana, a viver “consumindo-se no figo impuro do desejo, (...) ou, o que é mais natural, na incontinência pública geralmente considerada como refúgio indenizador da bárbara e inumana disposição da lei do celibato”.²²

O romance do escritor Alexandre Herculano, romancista lido por José de Alencar,²³ intitulado “Eurico, o presbítero” publicado na década de 40 do século XIX, pode ter servido de inspiração para o autor brasileiro. Neste romance que se passa na Espanha visigótica do século VIII, o herói é um guerreiro honrado, porém humilde. Após diversas (a)desventuras, o amor de Eurico e Hemengarda não pode se concretizar, mesmo sendo puro e verdadeiro, devido às convicções religiosas dele que se entregara ao sacerdócio por achar, equivocadamente, que sua amada não o correspondia. Eurico parte para uma batalha suicida contra os árabes e Hemengarda, desesperada de dor pelo coração partido, enlouquece. A conclusão deste trágico romance viria apenas a acirrar os ânimos em torno dos malefícios das convicções religiosas da manutenção obrigatória do celibato religioso.

José de Alencar alega que o romance “Ex-Homem” estava sendo gestado havia cinco anos e somente naquele momento pudera ele escrever. Não coincidentemente, no início da década de 1870, o caso do Padre Jacinto Loyson

teve grande repercussão em Portugal. Padre Jacinto era um beneditino francês que pretendeu se casar e manter-se como religioso católico, mas como outras propostas, teve sua pretensão negada. O fato de tal pedido ter gerado uma grande discussão naquele período demonstra a força política por trás da questão. A afirmação dos direitos naturais do ser humano é uma das premissas do pensamento liberal português. A questão do fim do celibato no romance “Ex-homem” aproxima-se então, de uma defesa dos ideais políticos liberais. Era como um protesto que clamava pelo pleno desenvolvimento da nação brasileira pelos princípios da racionalidade que deveria guiar todos os homens e orientar suas ações, publicado de maneira literária no jornal “O Protesto”. Daí o argumento de Alencar na nota da redação de que tal discussão seria um remédio a favor da santidade do casamento. A superstição à que o autor se refere, seria a ideia de que o celibato impediria o homem religioso de exercer suas funções clericais. A construção discursiva do social sobre o celibato masculino religioso buscava enaltecer as características da liberdade e da racionalidade do homem, buscando privatizar a escolha do exercício da prática sexual entre os membros do clero em contraposição àquilo que se considerava uma imposição absoluta da Igreja sobre uma questão que deveria ser individual.

A partir das questões suscitadas acima, é interessante pensar na noção de homem celibatário veiculada no romance. Este estaria sendo de tal maneira contrário à sua natureza masculina que deixaria de ser homem, tornando-se uma nova espécie: um ex-homem, aquilo que poderia ter sido um dia, mas que abdicou para se tornar esta nova categoria. Em outras palavras, homens que não fazem sexo, não são homens. Esta desqualificação perpassava uma série de discursos que construíram sintomas e doenças na época numa tentativa de controlar os corpos femininos e masculinos em relação ao prazer. A moral masculina, muitas vezes, incentivava o celibato como uma maneira de conter os excessos masculinos e preservar a virgindade feminina. Em outras palavras, o sexo nas significações sociais do final do século XIX para os homens, era um material transbordante de sua natureza. A ausência do sexo geraria uma série de castigos fruto de uma natureza contrariada. No caso do desconhecido, tais castigos eram representados pela solidão compulsória. Um homem que deveria

se manter distante da sociedade, uma vez que sua existência era uma aberração social.

Este sexo transbordante pode ser explicado pela construção de uma cultura centrada sobre um discurso da masculinidade baseado na ideia de virilidade sexual.

(...) Em vários grupos sociais, uma cultura de virilidade sexual passou a constituir parte fundamental na definição de masculinidade – elemento básico do lendário machismo da América Latina. (...) A conquista sexual – o que vincula o sexo à experiência colonial – tornou-se um emblema masculino, em que em princípio não se dá muita atenção à reciprocidade ou mesmo ao prazer em si.²⁴

Daí serem fundamentais os diversos discursos – religiosos, médicos, jurídicos, por exemplo – preocupados com os excessos masculinos e justificando seus atos por questões da natureza do homem. O desconhecido da obra de Alencar não participa desta lógica da masculinidade, pois a ele é impetrado, por princípio, o exercício da conquista. Isso justificaria também sua posição de recolhimento social e mesmo sua fuga das investidas da moça apaixonada. Alencar ao chamar o protagonista de Ex-homem apenas reforça o tipo de discurso sobre a masculinidade que existia no século XIX, através da imagem do celibato como um sacrifício que retiraria do homem aquilo que o faz ser masculino. O celibato faria com que sua existência fosse castrada de sua essência.

Dentro deste tipo de lógica, tal recurso literário viria apenas a reforçar a ideia de que o masculino seria, por definição, constituído por uma virilidade que deveria ser incontrolável. O corpo masculino seria culturalmente marcado por uma construção social que permitiria, incentivaria e reforçaria a não abstinência na realização dos desejos. O corpo masculino quer, pode e deve conquistar. Esta construção da masculinidade é permeada por referências simbólicas enraizadas no imaginário cujas características do masculino apenas contribuem para exacerbar o peso dos poderes das representações de gênero.

De acordo com Robert Brannon e Deborah Davis,²⁵ pensando nas masculinidades norte-americanas, a construção da sexualidade masculina estaria centrada em atitudes de acumulação de parcerias, em tomar atitudes de risco –

por exemplo, estabelecendo relações sexuais promíscuas – e manter-se emocionalmente reservado. “Homens de verdade” são portanto, de natureza agressiva, promíscuos e distantes. Neste sentido, o celibato representaria a desvinculação do homem de suas funções primordiais da prática sexual. Ser celibatário seria o equivalente masculino a uma “morte social”, e ousou dizer, tanto em meados do século XIX quanto ao longo do século XX. A contenção da sexualidade transbordante, constantemente reforçada como característica natural do homem, só se justificaria quando este homem não fizesse investidas sexuais para preservar a reputação de seu objeto de desejo ou quando ele estivesse mantendo a fidelidade conjugal. Os prazeres e os desejos masculinos seriam no final do século XIX e início do século XX, objetos de medicalização social com vista à normatização através dos conhecimentos científicos.

No Brasil, as ações dos médicos cresceram, particularmente, no final do século XIX e começo do século XX, momento em que as faculdades de medicina foram institucionalizadas e se expandiram pelo país, juntamente com o crescimento da órbita de influência dos médicos. (...) o cientificismo imperante nesse período permitiu aos médicos expandir o controle sobre a vida de homens e mulheres, normatizando os corpos e procedimentos, disciplinando a sociedade, ordenando a sexualidade e os prazeres. Nesse sentido, o discurso médico apresentava a sociedade como um organismo caótico, que necessitava ser regrado, estabelecendo uma oposição entre uma desordem real e uma ordem ideal, sendo a interferência do médico considerada indispensável.²⁶

A associação das ideias românticas a uma defesa da anti-naturalidade do celibato para o homem é certamente uma continuidade na estruturas de funcionamento dos gêneros naquela época. No entanto, Alencar se posicionou de maneira ousada, pois a defesa do fim do celibato religioso era uma inversão/subversão das funções atribuídas ao sacerdote, sendo concomitantemente, um reforço às representações da masculinidade. A pureza sacerdotal, exigida como princípio para o exercício da função clerical é conspurcada pela ideia da união carnal, conseqüência da permissão do casamento. A questão política do fim do celibato, que viria de encontro à política de padroado do Estado Nacional Brasileiro, seria justificada pela própria natureza masculina que era por si mesma, uma natureza sexualmente transbordante. Esta questão, que Alencar tenta esboçar em seu romance inacabado, poderia ser resolvida caso o homem

aprendesse a ser civilizado da maneira correta, e com isso, preservasse a sua pureza interior. Isto faria com que o casamento clerical fosse duplamente sagrado: ele contaria com a pureza sagrada que era considerada inerente às uniões matrimoniais na época e o marido seria um homem civilizado, puro e correto. Uma perfeita união romântica de interesses sociais. O romance pode ser pensado como uma representação textual que também buscava refletir a respeito de situações concretas da sociedade.

A prática cotidiana no Brasil do século XIX – prática que viria desde os tempos coloniais – demonstra que o celibato não era observado por diversos membros do clero, apesar da obrigatoriedade do celibato constar como parte das funções religiosas. Os padres poderiam ser condenados por transgredirem as leis e tinham que encontrar fórmulas – por exemplo, o recurso jurídico das cartas de legitimação, pedidos de perfilhação e testamentos-cerrados²⁷ – que publicamente confessam ter gerado filhos no “pecado” e muitas vezes utilizam a argumentação da “fragilidade da carne” para assegurar que suas famílias recebessem parte de sua herança. Esse tipo de recurso demonstra que a proibição gerava uma série de impedimentos sociais para esses grupos, uma vez que não estavam dentro das normas sociais, mesmo que a convivência cotidiana gerasse uma certa anuência sobre a situação. Historicamente nas colônias eram comuns as transgressões de ordem moral como o concubinato, a mancebia e ilegitimidade nos meios eclesiásticos.²⁸ No entanto, os mecanismos de controle procuravam exercer punições para tais transgressões, em maior ou menor medida, variando de acordo com o lugar e a época. Além disso, o discurso da importância do celibato para a pureza do exercício da função clerical foi constantemente reiterado como parte da estratégia da Igreja de reforçar sua posição. A representação textual da “carne” masculina era constantemente atravessada pela ideia de frágil por não resistir à tentação imposta pela “carne” feminina. Esta suposta fragilidade estaria apenas reforçando a ideia da masculinidade agressiva e incontida necessária, e naturalmente arraigada às raízes biológicas do masculino, para a constituição do homem. Quanto mais frágil este homem neste aspecto, mais viril ele se tornava socialmente.

As questões de gênero são, fundamentalmente, questões políticas. As tensões entre o feminino e o masculino na sociedade podem ser percebidas

através de uma série de representações que se constroem em torno de comportamentos, ideias, pensamentos e desejos. O romance como fonte de análise histórica adquire assim, os contornos de um texto que permite analisar as formas pelas quais a política de gênero se constituía em uma determinada época. Provocar e disciplinar emoções: este era o objetivo de Alencar ao escrever. O político transparece nas linhas românticas através de ideias que parecem atemporais, mas que sob o escrutínio atento do historiador, revelam amarras sociais, culturais e políticas delimitadas pelo tempo e o espaço atravessados pelas vivências do autor.

NOTAS

* Professora do Programa de Pós-Graduação em História e Professora Adjunta da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero da FH/UFG. E-mail: anacarolinaufg@gmail.com

¹ Tratam-se das personagens centrais dos romances: *Lucíola* (1862), *Diva* (1864) e *Senhora* (1875).

² CHARTIER, Roger. Diferença entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica). In: *Cadernos Pagu*. (4), 1995, p. 43 e 44, grifos meus.

³ Este pseudônimo, adotado pelo autor apenas neste romance, tem um significado interessante, pois faz alusão do bispogrego Synesius (373-414) que nasceu na antiga cidade de Ptolomaida uma das antigas capitais de Cirenaica, região oriental da Líbia. Synesius, Filho de pais ricos e influentes, mudou-se para Constantinopla, trabalhou para o governo e teceu severas críticas ao Imperador em seus discursos. O desgaste da vida política e suas alianças acabaram fazendo-o perder parte de sua riqueza. Synesius mudou-se de Constantinopla e manteve em sua produção literária o tom crítico de suas crenças. Sobre este assunto ver: Chisholm, Hugh, *Encyclopædia Britannica* (1911). 11th edition, disponível em: <http://archive.org/details/EncyclopaediaBritannica1911HQDJVU>. Sua história de vida guarda semelhanças de desilusão com a trajetória política que creio ter levado Alencar a adotar tal pseudônimo. A querela entre o Imperador e sua preterição ao cargo do Senado foram marcas cruéis na trajetória política de Alencar.

⁴ ALENCAR, José de. Ex-homem. In: *O Protesto*. 1877, p. 08. Disponível em <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/185635>

⁵ Nota da Redação. Ex-homem. In: *O Protesto*. 1877, p. 08. Disponível em <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/185635>

⁶ *Idem*. Editorial.

⁷ ROCHA, João Cezar de Castro. *Literatura e Cordialidade*. Rio de Janeiro, EdUERJ, 1998.

⁸ BROCA, Brito. O Drama político de Alencar. In: José de Alencar. *Obras Completas*. Rio de Janeiro, José Aguilar, 1959, vol. 4, p. 1047.

⁹ ALENCAR, José de. Beotices. In: *O Protesto*. 1877, p. 12-13. Disponível em <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/185635>

¹⁰ ALENCAR, José de. A regência. In: *O Protesto*. 1877, p. 66. Disponível em <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/185635>

¹¹ Sobre este assunto ver: CALDEIRA, Jorge (org.) FEIJÓ, Diogo Antonio. São Paulo, Editora 34, 1999.

¹² *Ibidem*. p. 341.

¹³ ALENCAR, José de. *Obras Completas*. Rio de Janeiro, José Aguilar, 1959, vol. 3, p. 1282.

¹⁴ *Ibidem*. p. 1286.

¹⁵ Sobre este assunto ver: SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho. *Moça educada, mulher civilizada, esposa feliz: relações de gênero e história em José de Alencar*. Bauru, Edusc, 2012 (no prelo).

¹⁶ DIAS, Maria Odila. Resistir e sobreviver. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo, Editora Contexto, 2012, p. 364.

¹⁷ *Ibidem*. p. 378.

¹⁸ ALENCAR, José de. (1959). *Op. Cit.* p. 1296.

¹⁹ Esta figura masculina conferia certa dignidade a esta família respeitável, sendo sua mãe uma viúva que vivia na fazenda mesmo sem a presença masculina. Além disso, a figura do administrador no romance também ilustra as diferenciações representativas de gênero na qual a figura feminina era considerada inábil para lidar com as questões econômicas e necessitava do masculino para gerenciar essa parte da vida.

²⁰ GARNEL, Maria Rita Lino. A polêmica sobre o celibato eclesiástico (1820-1911). Penélope. In: *Revista de História e Ciências Sociais*, n. 22, 2000, p.; 93-116.

²¹ RODRIGUES, Senador Thomaz. José de Alencar – Contribuição ao estudo de uma personalidade política. In: Academia Cearense de Letras (org.). *José de Alencar – 100 anos depois*. Fortaleza, ACL, 1977, p. 200.

²² GARNEL, Maria Rita Lino. *op. cit.*, p. 102.

²³ Alexandre Herculano consta como autor de 4 volumes de livros listados no leilão de itens domésticos anunciado no Jornal do Commercio do dia 21 de Dezembro de 1875, feito pelo Sr. Enéas Pontes por ocasião da ida da família de Alencar para a Europa. Ver: SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho. *Moça educada, mulher civilizada, esposa feliz: relações de gênero e história em José de Alencar*. Bauru, Edusc, 2012 (no prelo).

²⁴ STEARNS, Peter N. *História da sexualidade*. São Paulo, Contexto, 2010, p. 125.

²⁵ Sobre o estudos destes autores ver: GARCIA, Sandra Mara. Conhecer os homens a partir do gênero e para além do gênero. In: ARILHA, Margareth;

RIDENTI, Sandra G; MEDRADO, Benedito. *Homens e masculinidades*. São Paulo, ECOS/Ed. 34, 1998, pp. 31-50.

²⁶ MATOS, Maria Izilda Santos de. Corpo – Âncora de emoções: trajetória, desafios e perspectivas. In: *Revista OPSIS*, vol. 7, n. 8, jan-jun. 2007, p. 16.

²⁷ Sobre esse assunto ver: ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de. Os Religiosos e as mulheres: um olhar sobre as famílias constituídas pelo clérigos. In: *Anais da VII Jornada Setecentista. Curitiba*, 2007; LEWCOWICZ, Ida. A fragilidade do celibato. In: LIMA, Lana Lage da Gama. *Mulheres, adúlteros e padres*. Rio de Janeiro, Dois Pontos, 1987; SILVA, Maria da Conceição. A ausência do celibato na cidade de Goiás no século XIX. In: *Varia História*. Belo Horizonte, vol. 25, n. 41, p. 317-331, jan/jun.2009.

²⁸ Sobre este assunto ver: LEWCOWICZ, Ida. A fragilidade do celibato. In: LIMA, Lana Lage da Gama. *Mulheres, adúlteros e padres*. Rio de Janeiro, Dois Pontos, 1987.

Data de envio: 28/07/2012

Data de aceite: 23/09/2012